

Passagens



Passagens. Revista Internacional de
História Política e Cultura Jurídica

E-ISSN: 1984-2503

historiadodireito@historia.uf.br

Universidade Federal Fluminense
Brasil

Ferreira, Cristina

Cinquenta Anos do Golpe Civil - Militar: ordem cívica e ilegalidade no início do governo
ditatorial no Brasil (1964 - 1965)

Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 9, núm. 2,
mayo-agosto, 2017, pp. 191-213

Universidade Federal Fluminense
Niterói, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337351121003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Cinquenta Anos do Golpe Civil-Militar: ordem cívica e ilegalidade no início do governo ditatorial no Brasil (1964-1965)¹

DOI: 10.15175/1984-2503-20179202

Cristina Ferreira²

Resumo

O ano de 2014, alusivo aos 50 anos do golpe civil-militar de 1964, foi particularmente significativo para os estudos circunscritos na análise desse episódio político e seus desdobramentos. Inspirado nas disputas pelas memórias do golpe, o objetivo desse texto é elucidar as articulações políticas engendradas pelo governo do General Castello Branco, por meio da participação civil e militar nas comemorações do imediato pós-golpe e a celebração do primeiro aniversário da chamada “Revolução” (1965). No período subsequente ao dia 31 de março de 1964, a imprensa destacou a participação civil nas comemorações do pós-golpe e as manifestações públicas que se sucederam, com desfiles e carreatas nas principais cidades brasileiras. Além disso, os discursos predominantes reforçavam o anticomunismo, a ordem cívica e a proposição de caráter legal atribuído a um movimento civil-militar iniciado por meio de uma ação inconstitucional, que entrou para a história como “revolução”, apesar de sua evidente característica de golpe. Decorrido um ano, em 1965, a euforia inicial arrefeceu e a população não tomou mais conta das ruas, portanto, a comemoração mudou o tom e o destaque recaiu sobre a tentativa do governo de se autopromover na exposição de suas ações durante a gestão.

Palavras-chave: Golpe Civil-Militar 1964; ordem cívica; ilegalidade.

Cincuenta años después del Golpe Civil-Militar: orden cívica e ilegalidad en los primeros años del gobierno dictatorial en Brasil (1964-1965)

Resumen

El año 2014, cuando se cumplen 50 años del golpe civil-militar de 1964 en Brasil, fue especialmente significativo para los estudios circunscritos al análisis de este episodio político y sus efectos. Inspirado en las disputas por las memorias del golpe, el objetivo de este texto es dilucidar las articulaciones políticas engendradas por el gobierno del general Castello Branco por medio de la participación civil y militar en las conmemoraciones de la fase posterior al golpe y la celebración del primer aniversario de la llamada «Revolución» (1965). En el periodo que siguió al 31 de marzo de 1964, la prensa destacó la participación civil en las conmemoraciones tras el golpe y las manifestaciones públicas que se sucedieron, con desfiles y comitivas en las principales ciudades brasileñas. Además, los discursos predominantes reforzaban el

¹ Esse artigo resulta da pesquisa intitulada “Entre a História e a Memória: 2014, ano do cinquentenário do golpe civil-militar de 1964”, vinculada ao CEMOPE (Centro de Memória Oral e Pesquisa), da Universidade Regional de Blumenau e fomentada pelo Programa de Iniciação Científica (PIPE, Art. 170-SC).

² Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp; Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Catarina e graduada em História pela Fundação Universidade Regional de Blumenau. Professora titular da Fundação Universidade Regional de Blumenau. E-mail: cliocris@gmail.com

anticomunismo, el orden cívico y la proposición de carácter legal atribuida a un movimiento civil-militar iniciado por medio de una acción inconstitucional que pasó a formar parte de la historia como «revolución», a pesar de sus evidentes rasgos de golpe. Un año después, en 1965, la euforia inicial se había enfriado y la población dejó de tomar las calles, es decir, el tono de la conmemoración cambió y el interés pasó a centrarse en el intento de autopromoción por parte del gobierno con la exposición de sus acciones durante su gestión.

Palabras clave: Golpe civil-militar 1964; orden cívico; ilegalidad.

The 50th anniversary of the Brazilian coup d'état: civic order and illegality at the beginning of the Brazilian dictatorship (1964-1965)

Abstract

Marking 50 years since the Brazilian coup d'état of 1964, 2014 was of particular significance to studies analyzing the political period in which the coup took place and its ramifications. Inspired by the disputes over the remembrance of the coup, the aim of this article is to elucidate on the political impacts of General Castello Branco's government's coordination of civil and military participation in the commemorations held immediately after the coup and those marking the first anniversary of the so-called "Revolution" (1965). In the period after 31 March 1964, the press emphasized civil participation in post-coup commemorations and subsequent public demonstrations in the form of parades and motorcades held across Brazil's major cities. The predominant discourse also reinforced anticommunism, civic order, and the legal character attributed to a civil-military movement initiated by means of a non-constitutional initiative that came to be historically framed as a "revolution", despite its clear "coup d'état" nature. By 1965, the initial euphoria had faded and the population retreated from the streets, with commemorations therefore shifting in tone and coming to focus on the government's attempt to promote itself in an exhibition of its management of the aftermath.

Keywords: 1964 Brazilian coup d'état; civic order; illegality.

Le cinquantenaire du coup d'État civil et militaire : ordre civique et illégalité au début du gouvernement dictatorial au Brésil (1964-1965)

Résumé

L'année 2014, qui a marqué le cinquantenaire du coup d'État civil et militaire de 1964, a été particulièrement significative pour l'analyse de cet épisode politique et de ses conséquences. Inspiré par les débats autour des différentes mémoires relatives à ce coup d'État, l'objectif de ce texte est d'élucider les articulations politiques engendrées par le gouvernement du général Castello Branco et mises en lumière par la participation civile et militaire aux commémorations du premier anniversaire (1965) du coup d'État, qui avait à l'époque été baptisé de « Révolution ». Lors de la période qui a suivi le 31 mars 1964, la presse avait souligné la participation civile aux commémorations post-coup d'État et aux manifestations publiques qui se succédèrent à cette époque, tels que les défilés et autres cortèges organisés dans les principales villes brésiliennes. En outre, les discours prédominants renforçaient l'anticommunisme, l'ordre civique et le caractère légal attribué à un mouvement civil et militaire initié au moyen d'une action inconstitutionnelle et qui sera baptisé de révolution en dépit de son évident caractère de coup d'État. Après un an, en 1965, l'euphorie initiale était retombée et la population descendait beaucoup moins dans la rue. Partant, le ton des commémorations changea et vit le gouvernement insister sur son autopromotion et l'exposition de ces actions durant cette première année de gouvernement.

Mots-clés : Coup d'État civil et militaire de 1964 ; ordre civique ; illégalité.

巴西军人政变 50 年记：市民秩序和独裁政府初期的非法性质（1964-1965）

摘要

2014 年是巴西军人政变 50 周年纪念，学者们围绕这个政治事件及其后果进行了各种形式的分析和研究。在政变记忆这个问题上，本论文分析和比较了政变（1964）之后的庆祝活动和政变一周年纪念活动（1965）以及卡斯特罗·布朗库（Castello Branco）将军领导的政府对市民群众的政治动员。在 1964 年 3 月 31 日政变开始之后，巴西媒体报道了全国各地的庆祝活动，各地市民群众参加的各种游行。当时的主导话语是反对共产主义，加强社会秩序。军政府也试图把 1964 年的政变合法化，通过修宪，把政变称作“革命”。但是，一年之后，在 1965 年，巴西民众的热情已经下降，他们不再上街游行，因此，官方纪念活动也改变了话语和调门，强调军政府的作用，宣传军政府的治理功绩。

关键词：1964 年军-民政变；市民秩序；非法状态。

Introdução

No decorrer de 2014 ocorreram inúmeros eventos e foram editados importantes trabalhos na área de História, com o propósito de discutir e problematizar circunstâncias alusivas aos cinquenta anos do golpe civil-militar. Em consonância com essa temática, o objetivo desse texto é elucidar questões acerca da memória do golpe, consolidada ainda durante o período da Ditadura, por meio da divulgação jornalística da participação civil nas comemorações do imediato pós-golpe e a celebração do primeiro aniversário da chamada “Revolução” (1965), termo utilizado pelos golpistas civis e militares para referenciar o golpe de Estado, ocorrido em 31 de março de 1964.

Dentre as articulações políticas engendradas pelo governo autoritário, com o apoio de autoridades civis, constava um esforço para “cultivar a memória do golpe como intervenção salvadora, em defesa da democracia e da civilização cristã”.³ No decorrer das formulações de salvaguarda do passado, entre a História e a memória, ocorreram disputas acerca da elaboração de lembranças, evocadas a partir do Golpe de Estado de 1964 e do governo civil-militar que passou a vigorar no Brasil. Para dar vazão ao debate em torno desse evento, o artigo que ora se apresenta, discute as circunstâncias em que o golpe foi deflagrado e problematiza as formas de lembrar o evento em 1964 e 1965.

A memória é uma operação vulnerável aos usos e manipulações, além de se alimentar de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções.⁴ Nesse estudo importa pensá-la como “batalhas ou lugares de memória”, não para fabricar verdades históricas e sim, para entendê-la enquanto um elemento que se refaz diante das inquietantes dúvidas que ainda cercam o passado recente da História do Brasil.

Conhecimento histórico e memória são campos permeáveis a interesses particulares ou coletivos, sendo muitas vezes representativos de disputas políticas, sociais e, sobretudo, de registros das práticas de exercício do poder.⁵ As escolhas por

³ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 39.

⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história e cultura*, São Paulo, n. 10, 1993, p. 09. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 20 maio 2016.

⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Revista Tempo*, Niterói, v. 14, n. 28, 2010, p. 126. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

lembrar ou esquecer se mostravam aparentes, desde que estivessem vinculadas à crítica aos investimentos governamentais para elaboração da memória histórica de certos fatos.

O tratamento delegado às formas de representação do Golpe Civil-Militar de 1964 foi pautado nas tramas constituintes de seu estatuto de veracidade, com o fito de produzir significações acerca de um universo simbólico ou alegórico capaz de incorporar elementos militares ou não, configurados na memória de aspectos da história pátria ou na problematização de novos ângulos do período em questão. O estudo sobre os diferentes elementos de memória atrelados ao Golpe Civil-Militar de 1964, contou com a análise da Imprensa diária de circulação nacional, em especial o *Jornal do Brasil* e a *Folha de S. Paulo*, opção que possibilitou ampliar a compreensão de determinados fenômenos históricos, muitas vezes limitados à “história oficial” e “memórias biográficas”.⁶ Essa construção dos modos de perpetuar a “Revolução” ficou marcada em boa parte da imprensa nacional, na tentativa de cultuar o fato histórico por meio de desfiles cívicos ou datas comemorativas.

Golpe de 1964: civis e militares na luta contra o comunismo, a marca simbólica do início da Ditadura no Brasil

O período que antecedeu a Ditadura civil-militar foi referenciado pela historiografia como “experiência democrática”⁷ (1946-1964) e sua principal característica foram os embates político-partidários, especialmente, entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrata (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). A representação do PTB, em coligação com o PSD, predominou no cargo de Presidente da República,⁸ contudo, em 1961 esse cenário foi redimensionado e a UDN, atrelada à direita política, passou a exercer essa função por meio da figura de Jânio Quadros. Ao assumir o cargo, o novo presidente se deparou com um panorama político-social conturbado e não se manteve por muito tempo no poder, optando pela renúncia, em agosto de 1961. Por conseguinte, foi instaurado o sistema de governo parlamentarista,⁹ que impedia o vice-

⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964 – 1969. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v.14. n. 26, jan./jun. 2013, p. 64. [CrossRef](#).

⁷ FERREIRA, Jorge. Crises da república: 1954, 1955 e 1961. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a, p. 304.

⁸ Marechal Eurico Gaspar Dutra - PSD (1946-1951); Getúlio Vargas - PTB (1951-1954); Juscelino Kubitschek - PSD-PTB (1956-1961).

⁹ Quando Jânio Quadros renunciou, o vice-presidente, João Goulart, estava em viagem comercial à China Comunista e os ministros militares eram contrários à sua posse. Porém, Goulart tinha vários civis legalistas

presidente, João Goulart, de exercer os plenos poderes presidencialistas e, por extensão, a execução de suas propostas reformistas, principal bandeira do governo, com destaque para a questão agrária. Essa realidade sofreu uma guinada com o plebiscito convocado em 1963, cujo resultado expressivo foi favorável à Goulart e o presidencialismo recebeu 9.457.448 votos, enquanto o parlamentarismo somente 2.073.582 votos.¹⁰

João Goulart agregava em torno de si uma expressiva popularidade, dada sua exitosa eleição para o cargo de Vice-Presidente da República. Desde o final dos anos de 1950, na qualidade de vice-presidente, ainda no governo de Juscelino Kubitschek, iniciou a elaboração dos projetos de Reforma de Base, como plataforma do Partido Trabalhista Brasileiro. O peso da herança varguista e a promessa de articulação reformista em favor das classes trabalhadoras levaram as esquerdas a depositar, em Jango, enorme expectativa para a concretização dos planos reformistas, sobretudo no tocante à Reforma Agrária. Todavia, as prometidas reformas sociais não foram efetivadas e a crise política estabelecida durante a presidência de Goulart se agravou e desencadeou dificuldades de negociação com a(s) esquerda(s) e a(s) direita(s), fator de impedimento para atender às reivindicações das duas vertentes políticas.

Associada a tudo isso, também havia a questão do mundo polarizado pela Guerra Fria, representado por duas potências: Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Tal configuração internacional também teve ressonância no Brasil, cujo exemplo mais sintomático foi a tentativa de “interferência” política dos EUA, especialmente, em relação ao patrocínio de propagandas para campanhas políticas, com o apoio de empresários nacionais, atentos a enaltecerem “os costumes norte-americanos e defendendo o capitalismo contra o comunismo”.¹¹ Esses empreendimentos políticos foram promovidos, principalmente, com o financiamento do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), ambos destinados a implantar o desenvolvimentismo no Brasil, com a ajuda de capital estrangeiro. Para tanto, foram realizadas campanhas publicitárias voltadas à disseminação dos “valores do capitalismo, do livre mercado e do

a seu favor, a exemplo de seu cunhado, Leonel Brizola, que lançou a Campanha da Legalidade, com o ideal de respeito à Constituição. Esse conflito político foi resolvido por meio da instauração do parlamentarismo, que perdurou até janeiro de 1963.

¹⁰ FICO, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 23.

¹¹ FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 77.

anticomunismo na sociedade brasileira”,¹² como estratégia para driblar as ideias de esquerda que afloravam e estavam associadas ao governo petebista.

Além disso, os ideais reformistas, principal bandeira do governo de João Goulart, passaram a ser associados ao comunismo por determinados setores da sociedade. No entanto, tais reformas eram intrínsecas aos interesses políticos e econômicos da época e sua execução estava na encruzilhada entre ferir determinados anseios populares ou, por outro lado, o interesse de empresários e capitalistas. Por extensão, a guerra contra o comunismo foi discurso predominante entre os diferentes grupos apoiadores do golpe que tencionavam derrubar “o caudilho aliado do comunismo”,¹³ referência recorrente utilizada para designar o governo Goulart após sua escolha em aliar-se às esquerdas.

Nessa conjuntura tornou-se marcante no Brasil o combate ao “espectro do comunismo” e predominava um discurso vigilante e assíduo perante a atuação de certos grupos, com vistas ao enfrentamento da chamada “onda esquerdista”, que supostamente tomaria conta do Brasil. Portanto, era necessário ficar “em guarda contra o perigo vermelho”.¹⁴ Interessa notar que o medo do comunismo também estava associado a outras tendências políticas: o “nacionalismo” e o “ultranacionalismo”.¹⁵ Nesse sentido, parte da sociedade associava a trajetória do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com o comunismo, devido ao fato de que o partido “passou de organização anticomunista nos anos de 1940 a aliado do PCB [Partido Comunista Brasileiro] nos anos de 1960, para desagrado de muitos”.¹⁶ Somou-se a isso a atuação da Igreja Católica, uma instituição-chave contra o comunismo na conjuntura anterior e imediata ao golpe, quando as “senhoras de classe média começavam a vir rezar o terço nas ruas, impedindo reuniões, consideradas blasfêmias, esconjurando demônios. Naquelas consciências, a luta política assumia as dimensões de uma cruzada”.¹⁷

Dentre algumas abordagens historiográficas que referenciaram a participação e interferência dos EUA e outras instituições na deposição de João Goulart, cabe destacar o

¹² FICO, 2008, p. 67.

¹³ FORA da Lei. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 08, 1 abr. 1964.

¹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado em História)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

¹⁵ RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: EDUEFRGS, 2007, p. 165.

¹⁶ MOTTA, op. cit. p. 17.

¹⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 333.

trabalho de pesquisadores¹⁸ que publicaram no final da década de 70 e durante os anos de 1980, com ênfase na chamada vertente de “ação conspiratória”.¹⁹ Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira, as políticas sociais de Jango encontraram forte oposição capitalista e a Agência Central de Inteligência Norte Americana (CIA) apoiou iniciativas de desestabilização do governo Jango, caso houvesse uma reação tanto do presidente quanto dos movimentos populares à sua deposição.²⁰

No entanto, independente da ação norte-americana, o Golpe Civil-Militar de 1964 foi articulado por brasileiros insatisfeitos, interessados em “remover o governo Goulart para interromper o processo de esquerdização”.²¹ Assim, Jango viu seu governo desmoronar e a agitação política no Brasil de 1963, até início de 1964, abriu espaço para que os anticomunistas, conservadores da Igreja Católica, empresários, partidos políticos de direita, em especial a União Democrática Nacional (UDN), além de outros segmentos, buscassem desarticular o governo João Goulart pela via do golpe de Estado. Alguns setores militares, cotizados sob o discurso da suposta manutenção da “ordem democrática”, apoiaram o golpe civil-militar. Adicionalmente, na própria caserna, “a questão da legalidade e da Constituição”²² era recorrente e arregimentava adeptos que tomavam as ações recentes de Goulart como responsáveis pela quebra da hierarquia e disciplina, preceitos supervalorizados nas Forças Armadas. Logo, a eclosão de movimentos em defesa de mudanças políticas dificultou as ações do governo Jango nos mais diversos domínios do poder Executivo, além de ter favorecido a abertura necessária para que setores da sociedade civil se unissem com o alto comando militar na instalação de um novo regime político.²³ O abrupto término de seu mandato contou com a participação civil, embora tenha sido um movimento liderado pelas Forças Armadas.

¹⁸ Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; DREIFFUS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981; STARLING, Heloísa. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

¹⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. *Graffa*, [S.l.], v. 9, may 2015, p. 183. Disponível em: <<http://revistas.fuac.edu.co/index.php/grafia/article/view/343>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

²⁰ BANDEIRA, op. cit.

²¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades a influência da cultura política. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*, Rio de Janeiro: J. Zahar, 2014a, p. 49.

²² FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 307.

²³ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b, p. 303-342.

Também é conveniente citar que, apesar dos esforços, Goulart não foi muito bem sucedido na resolução de questões cruciais de seu governo, a saber: as lutas em favor de conquistas representativas para camadas da população até então menos favorecidas politicamente; a defesa dos benefícios em favor de si próprios, por parte das elites e o revigoramento da estrutura militar, que também sentiu os efeitos das efervescências do período, devido à aparente aproximação e identificação de alguns setores hierárquicos subalternos das Forças Armadas, sobretudo, de sargentos, com as discussões que eclodiam na sociedade.

Para esmiuçar a circunstância política e a ritualística de poder nesse período, convém retomar algumas das diversificadas ações das esquerdas no período que antecede o golpe de Estado de 1964, dentre elas: a tradição comunista, organizada a partir de 1922, com o Partido Comunista do Brasil e suas ramificações; a tradição do socialismo democrático que, após 1945, era representada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); a tradição do catolicismo e suas subdivisões, que a partir de 1960 expandiu com a ditadura militar; a tradição nacional-estatista, que nasceu durante o Estado Novo e foi detida pelo movimento golpista civil-militar de 1964.²⁴

Embora muitos pesquisadores não considerem a tradição nacional-estatista um movimento político de esquerda, seja com esse rótulo ou não, sua atuação no âmbito diversificado das esquerdas no Brasil é inegável, em seus múltiplos aspectos e fases distintas, quais sejam: 1) Governo Vargas no Estado Novo (1938-1945), por meio da consolidação de programas voltados aos trabalhadores, efetivados via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943; 2) Governo democrático de Vargas (1951-1954), com a presença de “movimentos sociais pela estatização de setores estratégicos da economia” e um investimento do próprio presidente na mobilização de trabalhadores; 3) Conjuntura que precede o golpe de 1964 (1961-1964), com a formulação do programa das reformas de base.²⁵

As palavras mais enfáticas que vigoraram nas primeiras notícias de divulgação da deposição de João Goulart referenciavam o reestabelecimento da “verdadeira legalidade”, em um sentido estritamente militar, sob a alegação de “restauração imediata da disciplina e da hierarquia militares repetidamente violadas pelo Sr. João Goulart, em atos claros de

²⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre (Org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 173-181.

²⁵ *Ibidem*, p. 176.

subordinação à liderança comunista de organismos político-sindicais ilegais”.²⁶ Portanto, alguns eventos promovidos no mês de março pelos militares, em seus próprios clubes, serviram como estopim para a posterior adesão das Forças Armadas na deposição do Presidente.

Em virtude da necessidade de compreender o golpe de Estado de 1964 e as “causas do colapso do regime liberal-democrático instaurado pela Constituição de 1946”,²⁷ na historiografia brasileira recente vigora uma linha interpretativa que analisa como a democracia tornou-se um conceito utilizado em larga escala nos discursos políticos oficiais de então, com o propósito de justificar politicamente o golpe civil-militar e a ditadura no Brasil. Um balanço das diferentes concepções que referenciaram o golpe, em síntese, aponta duas situações convergentes com esta pesquisa: circunstância política, que evoca o início de um regime que supostamente teria posto fim à forma populista de governar; ritualística de poder, por meio de símbolos e alegorias, materializados nas manifestações públicas ligadas às temáticas do civismo e amor à pátria.

As marcas da “Revolução” e as formas de lembrar março de 1964

Pesquisar sobre a memória do Golpe de Estado durante e depois do período ditatorial brasileiro implica refletir analiticamente sobre suas funções, porque a memória histórica que sobrevive não é um conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade.²⁸ Nesse caso, os desdobramentos da memória contam com elementos simbólicos que inicialmente parecem estáticos, pois uma “política cultural que oculte as memórias sob uma única memória oficial está fadada à repetição e impedida de inovação, além de tornar-se cúmplice do status quo”.²⁹ Por extensão, a chamada “memória liberal” consolidada era composta por questões vitais que merecem ser discutidas e envolvem momentos iniciais do pós-golpe: a violência do golpe e a inconstitucionalidade da

²⁶ FORA da Lei, 1 abr. 1964, p. 08.

²⁷ GOMES, Ângela de Castro. Política, história, ciência, cultura etc. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 1996, p. 65. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2022/1161>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

²⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992. p. 535.

²⁹ CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: SÃO PAULO (Município). Prefeitura do Município de São Paulo - Secretaria Municipal de Cultura (Org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p. 43.

deposição de Goulart. Tais aspectos cruciais, remodelados constantemente, possibilitaram a discussão acerca dos interesses e disputas de memória travadas acerca do fato histórico em questão.

O caráter violento foi mencionado pelo próprio *Jornal do Brasil*, que se declarou alvo de invasão³⁰ e, além dos danos patrimoniais, citou um confronto entre os estudantes e a guarda da aeronáutica. Nesse embate ocorreu um tiroteio e morreu “um menor e [ficaram] sete feridos graves”,³¹ indicativo da presença nas ruas de populares contrários ao movimento civil-militar que havia se organizado, portanto, “a brutalidade do golpe de Estado” também foi marcada pelo “sangue das pessoas que morreram”.³² Além disso, prisões e perseguições arbitrárias também foram arquitetadas sob a forma de violência institucional. Os governadores da Guanabara (Carlos Lacerda), Minas Gerais (Magalhães Pinto) e São Paulo (Adhemar de Barros) deram ordens para que os sindicatos fossem invadidos e os indivíduos que estivessem por lá encaminhados à prisão, indicativo do clima de “violência aberta” com alvos evidentes, com “destaque para o movimento sindical”.³³ Essas notícias constituem-se em demonstrações importantes, que contribuem para o processo de desconstrução do ideal propagado sobre o caráter não-violento do golpe.

Por conseguinte, a respeito da sucessão presidencial, a historiografia brasileira já esclareceu que João Goulart foi deposto inconstitucionalmente, até porque, ao empossarem Ranieri Mazzilli no cargo, o presidente ainda estava em território nacional. O *Jornal do Brasil* divulgou essa circunstância e demonstrou preocupação com a situação que futuramente poderia se tornar um “problema de ordem constitucional e moral”. Adiante, o periódico pontuou que em virtude de não ter renunciado oficialmente, “o Presidente não poderia ser substituído” e apontou para o que denominava de “quadro da legalidade em cujo nome agiram as Forças Armadas”.³⁴ Isso significa que havia uma insistência em reforçar a proposição de caráter legal, em alusão a um movimento civil-militar iniciado por meio de uma ação inconstitucional. Embora fosse uma situação delicada, os golpistas não retrocederam e, mesmo contrários à Constituição Federal,

³⁰ GOULART RESISTE no sul e o congresso empossa Mazzilli. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 2 abr. 1964.

³¹ Ibidem.

³² FICO, 2014, p. 59.

³³ FERREIRA; GOMES, 2014, p. 344.

³⁴ GOULART RESISTE..., 2 abr. 1964, p. 01.

avançaram com suas propostas de restabelecimento da “ordem democrática”, a partir de um movimento de subversão da Carta Magna, ou seja, pela via da inconstitucionalidade.

Na tentativa de conferir legitimidade a um evento inconstitucional, vários recursos foram lançados, dentre eles o proposital “esquecimento” da ilegalidade do ato, prerrogativa que não foi inventada pelos golpistas civis e militares, no entanto, evidenciava que as memórias acerca de eventos que rompem com a ordem estabelecida, frequentemente resultam de um “verdadeiro trabalho organizado”,³⁵ envolto em uma miríade de interesses vinculados ao exercício de poder. Somente quarenta e nove anos após o ocorrido, com o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV), responsável pela análise dos crimes de tortura e outras circunstâncias relacionadas ao cerceamento da liberdade, ocorridos durante os vinte anos (1964-1984) da Ditadura Civil-Militar no Brasil, foi possível anular àquela sessão legislativa responsável pela deposição do Presidente João Goulart, em 21 de novembro de 2013.³⁶ Tal ato não teve a pretensão de restaurar o passado, todavia, simbolizou o fortalecimento dos preceitos democráticos nacionais e marcou, em termos políticos, a vontade dos brasileiros em reafirmar seu compromisso com os princípios da liberdade como linha mestra da cidadania no Brasil.

Esse caráter golpista executado contra o governo Jango e a posterior tomada de poder ilegalmente em 1964, vigoram fortemente nas análises historiográficas brasileiras recentes e a proposição de estudo que ora se apresenta acerca das memórias do golpe, manifesta características que remetem a pensá-las como um fenômeno em constante construção, pautado em uma multiplicidade de escolhas, vinculadas aos atos de gravar, recalcar, excluir e rememorar. Tais desdobramentos da memória compõem os fundamentos para a problematização dos motivos que levaram os agentes sociais que vivenciaram o momento, a referenciar o episódio de 31 de março de 1964 como “Revolução”, marca distintiva dos artigos nos principais jornais do período, advindos das falas dos militares e civis que empreenderam o Golpe. No entanto, no calor dos acontecimentos não era cabível adivinhar o que estaria por vir a partir de então. Passados cinquenta anos, com o devido distanciamento do evento histórico, ficam mais nítidas as evidências de seu caráter golpista, principalmente, diante da ilegalidade da deposição do Presidente João Goulart e da arbitrariedade com que foi imposta a nova ordem.

³⁵ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 04-05. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

³⁶ FALGÃO, Márcio. Congresso anula ato que destituiu Jango. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 10, 21 nov. 2013.

Ao se considerar que os acontecimentos estão circunscritos no seu tempo e espaço, torna-se compreensível que tanto João Goulart quanto “os patrocinadores da derrocada da democracia não perceberam que, em abril de 1964, ocorrera um novo tipo de golpe”,³⁷ sem precedentes na história do Brasil Republicano, revestido sob o manto da “retomada da democracia”, porém, repleto de ações arbitrárias no tocante aos direitos civis. Nos discursos da imprensa, inicialmente, não existia paridade na divulgação sobre o desfecho do golpe de estado e pairava uma insegurança quanto aos seus desdobramentos futuros. No *Jornal do Brasil* entre 01 a 03 de abril de 1964, o evento foi referenciado como a “deposição de Goulart”³⁸ e, das nove notícias sobre o tema, somente duas utilizaram os termos “movimento revolucionário” e “revolução”,³⁹ com ênfase no que denominavam “vitória da legalidade e da democracia”.⁴⁰ A tônica da imprensa e de outros segmentos sociais apoiadores do golpe demonstrava seu interesse em torno da deposição de Jango e do expurgo do comunismo, com o propósito de inaugurar um novo cenário político brasileiro, ao invés de revolucionar as estruturas de base da sociedade.

O golpe civil-militar foi saudado por uma parcela significativa de civis e militares nas ruas e as comemorações festivas ditaram o tom do evento em sua constituição como memória. As narrativas acerca do episódio de 31 de março registraram que o dia era de chuva⁴¹ e isso não impediu que, no início da tarde, as primeiras manifestações se alastrassem pelas ruas das grandes cidades brasileiras, com destaque, para São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Uma das principais formas de manifestação nas capitais foi a “chuva de papel picado”, combinada com um desfile de “automóveis cheios de pessoas eufóricas”.⁴² Sobre a notícia do afastamento de Jango, conforme noticiou o *Jornal do Brasil*, a classe média paulista transformou as ruas “num mar branco, enquanto outros populares cantavam o Hino Nacional e organizavam passeatas pelas ruas centrais da cidade”,⁴³ para saudar o patriotismo e enaltecer o nacionalismo e a ordem.

³⁷ FERREIRA, 2003b, p. 401.

³⁸ Cf. FORA da lei, 1 abr. 1964, p. 08; GOULART TOMA RUMO desconhecido e o Brasil volta à normalidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 3 abr. 1964.

³⁹ Cf. GOULART RESISTE..., 2 abr. 1964, p. 01; GOULART TOMA RUMO..., op. cit., p. 01.

⁴⁰ Cf. PAULISTAS jogam papel e cantam hino na queda do Presidente Goulart. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 07, 2 abr. 1964; GOULART TOMA RUMO..., op. cit., p. 01; FESTA da vitória leva às ruas 1 milhão de pessoas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 3 abr. 1964.

⁴¹ ZONA SUL festejou com lenço branco o desfile de carros queda de Goulart. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 07, 2 abr. 1964.

⁴² GOULART RESISTE..., op. cit., p. 01.

⁴³ PAULISTAS..., 2 abr. 1964, p. 07.

Essa circunstância também foi explicitada em outras notícias com a mesma pauta: a queda do Presidente João Goulart. Em Belo Horizonte não aconteceram passeatas, porém, “enormes filas de automóveis percorreram as ruas centrais, buzinando e comemorando a vitória anunciada por todas as emissoras de rádio”.⁴⁴ Além disso, também eram veiculadas notícias em alusão aos “lenços brancos amarrados nas antenas e bandeiras por fora das janelas”⁴⁵ dos carros, em consonância com o ideal do golpe civil-militar como uma ação patriótica e pacífica. Mas, existiam contradições quanto à atmosfera pacífica do evento de 01 de abril de 1964. Afinal de contas, os ânimos se exaltaram e alguns manifestantes chegaram ao ponto de invadirem e atearem fogo “com bombas molotov”⁴⁶ no prédio da União Nacional de Estudantes (UNE). Ficava evidenciado, dessa forma, o envolvimento civil com os acontecimentos políticos nacionais e “as ruas de Copacabana estavam agitadas por moradores – a maioria ouvindo rádios de pilha – que, além de fazerem filas para comprarem alimentos, discutiam a situação política nacional”.⁴⁷ Ao se deparar com uma possível crise político-institucional, a primeira atitude da população foi abastecer o estoque de alimentos para se garantir frente às conturbações desse momento político e participar ativamente dos recentes acontecimentos no país. Todavia, as incertezas eram a marca do que ainda estava por vir nesse início da Ditadura no Brasil.

A partir das demonstrações acima denota-se pormenores que circunscreveram a deposição de João Goulart, a imprensa e a memória sobre o Golpe de Estado. O espectro do medo do comunismo corroborado pela imprensa, mesmo após a derrocada da democracia, evidenciava a importância e, ao mesmo tempo, o caráter incerto desse momento político no imaginário da população brasileira. A participação civil nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade e nas imediatas comemorações, demonstrou que a história política não se faz apenas com nomes próprios e contribuiu para a consolidação de certa memória sobre o Golpe de Estado, com destaque para as disputas em torno da memória histórica em construção.

⁴⁴ MINAS recebe com desfile de carros, foguete e chuva de papel vitória contra Goulart. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 04, 2 abr. 1964.

⁴⁵ ZONA SUL..., 2 abr. 1964, p. 07.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem.

A “Revolução” comemora seu primeiro aniversário: entre festejos e reformas

Os ânimos populares após a euforia do golpe se alteravam constantemente. No período inicial da Ditadura Civil-Militar brasileira, Humberto de Alencar Castello Branco foi o militar responsável pelo exercício do mais alto cargo de poder da nação, a Presidência da República. Sua administração elaborou um aparato legislativo e institucional para o início do governo autoritário, pois “foram editados 4 Atos institucionais, a Lei de Imprensa e a nova Constituição, que selava o princípio de segurança nacional e deveria nortear a vida brasileira”.⁴⁸ Além disso, o primeiro ano de Castello Branco como chefe da nação foi marcado por inúmeras oscilações políticas e abriu brechas para a formação de uma “atmosfera de descontentamento”,⁴⁹ não apenas entre a população em geral, mas também em meio às autoridades civis aliadas aos militares na deflagração do golpe, o que resultou no início da formação de opositores ao governo instituído.

As batalhas em torno das formas de lembrar o golpe civil-militar de 1964 e o período subsequente visavam à consolidação de uma “memória liberal do regime”⁵⁰ nos tempos iniciais, caracterizado convenientemente pelos poderes instituídos como um período “brando” e referenciado como “ditabranda”.⁵¹ Essa expressão estava direcionada a desmobilizar o caráter autoritário do governo Castello Branco e não condizia com as ações praticadas nesse período, tais como: inúmeras prisões e a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), transformado em um aparato de investigação para posterior tortura e prisão de cidadãos contrários ao regime em vigência. Por essa exposição de motivos, as análises historiográficas recentes negam a “ditabranda”, sobretudo porque era apenas uma forma de lembrar relacionada ao fato de que em 1968 o regime endureceu e as torturas se tornaram mais violentas.

Após um ano do golpe de 1964, as formas comemorativas permaneciam atentas à preservação do “ideal revolucionário” como forma de sintetizar os pressupostos do governo recentemente instituído. A programação oficial da comemoração do primeiro aniversário da “Revolução” iniciou já no dia 30 de março de 1965 e na lista constavam as seguintes atividades: entrevista à imprensa; solenidade de assinatura do decreto que

⁴⁸ NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 73.

⁴⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002, p. 40.

⁵⁰ NAPOLITANO, op. cit., p. 69.

⁵¹ Mais informações sobre a temática ver: FELDMANN, Aline Andressa. *O general Castello Branco e a fabricação da presidência: debates sobre a política de desenvolvimento nacional (1964-1967)*. 2014. Trabalho de Conclusão do Curso (História)—Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2014.

aprovou o Regulamento da Lei do Estatuto da Terra e anúncio da concessão de empréstimos da “Aliança para o Progresso”, programa de financiamento dos EUA para o “desenvolvimento econômico” do Brasil. No dia 31 de março de 1965 o evento foi organizado com desfile militar, sessão solene do Congresso Nacional e a instalação da Conferência Nacional de Educação.⁵²

Em 1965, o primeiro aniversário do movimento foi em Belo Horizonte, cidade-sede escolhida de forma intencional “como reconhecimento a Minas Gerais, primeiro Estado que se levantou contra João Goulart”.⁵³ Como de praxe, o evento militar e cívico foi conduzido com um “desfile de tropas, discursos e festas” com forte esquema de segurança sob a responsabilidade de “agentes do Serviço Secreto do Exército e investigadores do DOPS”.⁵⁴ Para estimular a presença do público, o governo federal divulgou na imprensa notas oficiais que solicitavam o encerramento do expediente no comércio, indústria e estabelecimentos escolares às 16 horas. A intenção era relembrar a “ação patriótica de revolta contra a subversão que ameaçava o País, cujo desfecho se concretizou com a vitoriosa Revolução”, com ênfase nas mensagens que referenciavam o aniversário do golpe de estado. As solenidades não se restringiram à capital e se estenderam “a todas as cidades do interior do Estado”, em um movimento de integração nacional que promoveu “palestras cívicas, alusivas à Revolução”.⁵⁵

A cidade-sede escolhida resguardava em si um cenário favorável para o forte apelo à simbologia realizado pelo governo autoritário e essa escolha pode ser compreendida a medida em que se considera a existência de “lugares da memória [...] ligados a uma lembrança”,⁵⁶ a exemplo de Belo Horizonte. Portanto, foi realizada uma escolha das características específicas do estado de Minas Gerais na história oficial e tradicional, para enaltecer o fato do golpe ter sido deflagrado por tropas oriundas do território mineiro, que abrigava uma população destacada pela sua “prudência” e “determinação”. Afora isso, falava-se das mesmas Minas Gerais que foi palco da “Inconfidência” e “dobrara os sinos à passagem de Pedro I” e, em 1964, “se levantara em armas contra a subversão e a

⁵² CASTELO INICIA comemorações da Revolução com entrevista. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 28 abr. 1965.

⁵³ CASTELO EM BELO HORIZONTE para comemorar o dia da Revolução. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 07, 31 mar. 1965.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 06.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 07.

⁵⁶ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 202. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso: 25 abr. 2016.

corrupção, que punham em iminente perigo toda a nacionalidade”,⁵⁷ em uma clara alusão ao passado como amálgama para defender a nação, o civismo e os nacionalismos.

Um dos principais destaques concedidos nas comemorações do primeiro aniversário da Revolução foi a “quebra de tradição”,⁵⁸ por parte do Presidente Castello Branco. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o presidente-militar compareceu “ao plenário do Congresso Nacional” e já tinha se passado dezenove anos desde que outro presidente tivesse realizado tal ato. Na sequência, o periódico esclareceu que “a não ser no dia da posse, a presença do chefe do governo no Legislativo é fato deveras raro”.⁵⁹ Mas, para além do descumprimento protocolar, a simbologia de sua presença no Legislativo também foi marcada pela tentativa de demonstrar que havia um esforço do governo em manter um diálogo entre o Executivo e o Legislativo. Assim, se a presença de Castello Branco no Legislativo foi “por um lado, inovadora”, por outro também resguardava intenções de promover a imagem de um “perfeito funcionamento de Poderes independentes e harmônicos”.⁶⁰ A menção ao ideário de harmonia entre os poderes era uma referência às crises enfrentadas na gestão anterior e o choque entre as propostas de ambas as esferas governativas.

Também era representativa a citação das questões reformistas como sinônimo de democracia, pois se é “democrática, a Revolução teve de ser firmemente reformista. Só as reformas, entendidas sem demagogia, serão capazes de conduzir o País à superação dos impasses políticos que vêm marcando as últimas décadas da vida republicana”.⁶¹ Os anos de 1960 apresentaram nítida desigualdade social, portanto, era necessário romper com alguns paradigmas. Nesse sentido, esse discurso estava associado à tentativa de atender demandas sociais prometidas e pouco executadas pelo governo de João Goulart, porém ainda anunciadas pelo governo civil-militar.

Análogo aos festejos não faltaram oportunidades para o Executivo se autopromover perante a população civil. Por conseguinte, as atividades programadas para as comemorações de 1965 foram articuladas com a publicação oficial de assuntos que abarcavam o interesse popular. Nesse âmbito, no cronograma de eventos comemorativos, destacaram-se duas principais linhas de frente do governo Castello

⁵⁷ PRESIDENTE em Minas Gerais: ideais da revolução continuam bem vivos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 04, 31 mar. 1965.

⁵⁸ COMEMORAÇÕES marcam 1º ano da Revolução. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 01, 1 mar. 1965.

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ HORIZONTES promissores. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 06, 1 mar. 1965.

⁶¹ Ibidem.

Branco, o Estatuto da Lei de Terra e a “Aliança para o Progresso” (alinhamento político e econômico com os EUA).

Quanto ao estatuto da Lei de Terra, referenciado pela imprensa como a “Reforma Agrária”, as notícias relatavam que para marcar as “comemorações que se realizam em todo o país pelo aniversário da Revolução, o presidente Castello Branco deu inicio hoje, [...] à execução da reforma agrária no Brasil”.⁶² Como já mencionado, alguns segmentos que apoiaram o golpe não eram contrários às reformas de base e, seguramente, nesse período, a reforma mais reivindicada era a agrária. Desse modo, investir em um campo discursivo para atrair a população demonstrava a preocupação do governo em restabelecer o apoio civil, outrora declarado abertamente com mais intensidade. Contudo, o que o governo Castello Branco realizou foi uma reforma agrária que “dava ênfase à produtividade e não à justiça social”,⁶³ sem contribuir na questão social acerca da divisão dos latifúndios. Portanto, evidencia-se que o golpe de 1964 não foi um movimento essencialmente antirreformista, sobretudo anticomunista”, indicativo de que os debates acerca da questão das reformas de base não eram tão simples, pois “parte dos apoiadores do golpe era favorável a reformas, desde que afastado qualquer perigo de radicalização”.⁶⁴

A respeito da política externa do primeiro ano do governo autoritário destacava-se o alinhamento político e econômico com os Estados Unidos, circunstância sobressalente na comemoração do primeiro aniversário da “Revolução”. Inicialmente, o governo Castello Branco manteve relações políticas e econômicas alinhadas com os EUA, em detrimento também do rompimento com as relações diplomáticas com Cuba. Nesse aspecto, o programa “*Aliança para o Progresso*” foi um dos principais responsáveis pelos investimentos dos Estados Unidos no Brasil, após a tomada de poder pelos militares. Em junho de 1964, “providenciaram US\$ 50 milhões, sob a forma de um ‘empréstimo eventual’ [...] em 12 de dezembro, um empréstimo, do mesmo programa de ajuda econômica, de US\$ 150 milhões”.⁶⁵ O dinheiro estrangeiro injetado na economia brasileira também intencionava diminuir as desigualdades sociais, no sentido de evitar os movimentos de esquerda e afastar o perigo vermelho.

⁶² CASTELO ASSINA decretos que permitem início da reforma agrária. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 mar. 1965, p. 03.

⁶³ SANTOS, Marcelo H. P dos. Roberto de Oliveira Campos: homem de ação do governo Castelo branco. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14. n. 2, abr./jun. 2000, p. 115. [CrossRef](#).

⁶⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2014b, p. 9-10.

⁶⁵ FICO, 2008, p.145.

As comemorações que marcaram o primeiro aniversário da “Revolução” foram realizadas para promover as ações governamentais, no afã de consolidar o imaginário positivo do movimento civil-militar de 1964. As formas de lembrar o golpe ficaram restritas aos desfiles oficiais das Forças Armadas na cidade de Belo Horizonte e discursos pronunciados por políticos. Portanto, ao preterir os festejos mais elaborados, o governo, por assim dizer, lançou estratégias para tentar demonstrar que sua preocupação estava mais inclinada à manutenção da ordem e ao reforço do ideal revolucionário anticomunista.

Nas comemorações festivas da chamada “Revolução”, tanto no imediato pós-golpe, como durante a passagem do seu primeiro aniversário, o ponto forte desses eventos recaiu sobre o campo discursivo favorável às ações governistas e ao amplo combate ao espectro do comunismo, presente em inúmeras referências da imprensa. Também foram feitos investimentos no processo de construção da memória, a partir de interesses e vínculos estreitos com a política, corroborados por meio de ações e empreendimentos atentos ao progresso e ao desenvolvimento, lema do governo civil-militar.

Considerações finais

A crise enfrentada pelo governo de João Goulart se aprofundou em março de 1964 e foi caracterizada pela polarização das representações políticas (esquerdas e direitas). Jango, ao optar pela radicalização política e aliar-se às esquerdas, despertou a insegurança e o medo da classe média, empresários, igreja católica e determinados setores militares que, insatisfeitos com os rumos políticos, se uniram com o objetivo de combater o comunismo e a deposição do Presidente eleito João Goulart. O desfecho dessa situação desencadeou a chamada “revolução” de 1964, assim considerada em função de seu apelo à democracia cristã e à retomada da ordem no país. A deflagração desse episódio marcou o início de uma sequência de rupturas e continuidades na vida política, econômica e cultural da sociedade brasileira.

O discurso anticomunista exerceu papel preponderante na deposição de João Goulart e serviu de suporte para o novo governo justificar o golpe. As imediatas comemorações realizadas a partir do início da Ditadura Militar receberam maior destaque nas grandes cidades brasileiras, mas os festejos foram desencadeados em boa parte da nação, com o propósito de celebrar o imaginário de um novo começo, atrelado à vitória em relação ao afastamento do espectro do comunismo que rondava a nação brasileira. O

simbolismo dos elementos cívicos foi mobilizado por intermédio de uma ampla participação civil nos espaços públicos, com destaque para as carreatas e os desfiles que assinalavam o envolvimento da população com o evento e sinalizavam o viés patriótico atrelado às comemorações.

Todavia, nem tudo era festa e comemoração nos momentos iniciais após a queda de João Goulart. Também aconteceram confrontos entre civis e militares que resultaram em violência e, por extensão, levaram às imposições das autoridades que elaboraram dispositivos legais, pautados em ações arbitrárias que violentavam os direitos civis e aumentavam os poderes institucionais do executivo.

As comemorações do primeiro aniversário da chamada “revolução” foram marcadas pelo caráter militarista e oficial do evento, com desfiles cívicos e marchas de militares, além da celebração realizada em Belo Horizonte, cidade símbolo do movimento, por ter sido a responsável pela deflagração do golpe de estado. Os usos da memória contaram com um maciço investimento na consolidação do ideal liberal do governo e a imprensa referenciava a importância em restaurar a economia nacional, considerada caótica no governo de João Goulart. Por outro lado, vários mecanismos punitivos foram estabelecidos pelo governo inicialmente e, ainda assim, pouco se divulgava ao público das práticas persecutórias e ilegais de aprisionamento de cidadãos contrários às novas formas de governo.

Decorrido um ano dos militares no poder, as formas de lembrar o golpe de Estado que predominaram consistiram em apresentar à população seus efeitos e propostas que, naquele momento, aparentemente ainda pareciam convergir com os interesses populares, a exemplo da tão sonhada Reforma Agrária. Contudo, as ações iniciais do governo não foram eficientes no sentido de diminuir as desigualdades sociais entre campo e cidade. E, em todo o caso, importava aos setores que apoiaram o golpe reforçar o sucesso no expurgo do comunismo, além dos “novos” caminhos abertos para a sociedade brasileira. De certa forma, o novo governo, ao invés de promover uma celebração apoteótica, preferiu marcar suas próprias ações no campo da economia e política como forma de consolidar o poder instituído a partir do golpe civil-militar de 1964.

As memórias produzidas sobre as comemorações do golpe civil-militar e o primeiro aniversário se constituíram a partir de um campo de disputas. Isso significa que a intenção era promover lembranças do golpe em si como um fato histórico que solucionou os problemas da sociedade brasileira e evitou que o comunismo dominasse a política

nacional. Por outro lado, era fundamental praticar uma espécie de esquecimento das ações inconstitucionais que levaram ao movimento de março de 1964, para marcar uma ordem cívica e impor uma política autoritária na condução dos rumos políticos do início do governo ditatorial brasileiro.

Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: SÃO PAULO (Município). Prefeitura do Município de São Paulo - Secretaria Municipal de Cultura (Org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p. 37-46.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Revista Tempo*, Niterói, v. 14. n. 28, p. 123-143, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. *Grafía*, [S.l.], v. 9, p. 175-191, may 2015. Disponível em: <<http://revistas.fuac.edu.co/index.php/grafia/article/view/343>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

DREIFFUS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FELDMANN, Aline Andressa. *O general Castello Branco e a fabricação da presidência: debates sobre a política de desenvolvimento nacional (1964-1967)*. 2014. Trabalho de Conclusão do Curso (História)–Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2014.

FERREIRA, Jorge. Crises da república: 1954, 1955 e 1961. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a. p. 303-342.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b. p. 345-404.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

GOMES, Ângela de Castro. Política, história, ciência, cultura etc. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9. n. 18, p. 59-84, 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2022/1161>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado em História)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964 – 1969. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v.14. n. 26, p. 62-85, jan./jun. 2013. [CrossRef](#).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades a influência da cultura política. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*, Rio de Janeiro: J. Zahar, 2014a. p. 48-65.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2014b.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história e cultura*, São Paulo, n. 10, p. 07-28, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 20 maio 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso: 25 abr. 2016.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 319-377.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. p. 29-52.

REIS FILHO, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre (Org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 173-181.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2007.

SANTOS, Marcelo H. P dos. Roberto de Oliveira Campos: homem de ação do governo Castelo branco. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14. n. 2, p. 112-121, abr./jun. 2000. [CrossRef](#).

STARLING, Heloísa. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

Fontes

CASTELO ASSINA decretos que permitem início da reforma agrária. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 03, 31 mar. 1965.

CASTELO EM BELO HORIZONTE para comemorar o dia da Revolução. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 07, 31 mar. 1965.

CASTELO INICIA comemorações da Revolução com entrevista. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 10, 28 abr. 1965.

COMEMORAÇÕES marcam 1º ano da Revolução. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 01, 1 mar. 1965.

FALGÃO, Márcio. Congresso anula ato que destituiu Jango. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 10, 21 nov. 2013.

FESTA da vitória leva às ruas 1 milhão de pessoas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 3 abr. 1964.

FORA da Lei. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 08, 1 abr. 1964.

GOULART RESISTE no sul e o congresso empossa Mazzilli. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 01, 2 abr. 1964.

GOULART TOMA RUMO desconhecido e o Brasil volta à normalidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 3 abr. 1964.

HORIZONTES promissores. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 06, 1 mar. 1965.

MINAS recebe com desfile de carros, foguete e chuva de papel vitória contra Goulart. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 04, 2 abr. 1964.

PAULISTAS jogam papel e cantam hino na queda do Presidente Goulart. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 07, 2 abr. 1964.

PRESIDENTE em Minas Gerais: ideais da revolução continuam bem vivos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 04, 31 mar. 1965.

ZONA SUL festejou com lenço branco o desfile de carros queda de Goulart. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 07, 2 abr. 1964.